



Bolsas Na quarta-feira	Pontuação B3 IBovespa nos últimos dias	Dólar Na quarta-feira	Salário mínimo R\$ 1.621	Euro Comercial, venda na quarta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,01% São Paulo	171.031 174.586 21/8 24/8 25/8 26/8	R\$ 5,151 (+ 0,22%)	Últimos 19/agosto 5,176 20/agosto 5,193 21/agosto 5,145 24/agosto 5,153 25/agosto 5,140		R\$ 6,004	13,90%	0,88 0,67 0,58 0,16 0,07

EMPRESAS

Onda recorde de recuperações judiciais

Grupo Habib's declara R\$ 265 milhões em dívidas e soma-se à lista de mais de 6,3 mil empresas que entraram com processo

» ROSANA HESSEL

O cenário de incertezas na economia combinado com juros elevados e endividamento recorde das famílias tem afetado a saúde financeira de empresas tradicionais de vários segmentos. O resultado é um número recorde de pedidos de recuperação judicial.

Gigantes em suas áreas, como a varejista Casas Bahia e a petroquímica Braskem entraram nessa lista, apresentando dívidas bilionárias neste mês, depois do primeiro semestre ter batido recorde de recuperações judiciais, conforme dados do Monitor RGF-Bizdoc, com 6.341 empresas em recuperação judicial.

Na segunda-feira, foi a vez da rede de fast-food Habib's entrar com o pedido no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que foi aprovado no dia seguinte. A consultoria norte-americana KPMG foi designada para administrar o processo do grupo. Procurada, a KPMG no Brasil informou que “por motivos de cláusulas de sigilo e regras da profissão, está impedida de se manifestar sobre casos envolvendo clientes ou ex-clientes da firma”.

O Grupo Habib's informou, por meio de nota, que o pedido de recuperação judicial tem como objetivo “preservar a sustentabilidade e a evolução do negócio no longo prazo”. “As operações do Grupo seguem funcionando normalmente, mantendo o atendimento aos clientes, a rotina e a qualidade de

divulgação



No documento em que pede a recuperação judicial, empresa atribui a crise financeira à pandemia da covid-19, além dos juros altos

suas unidades”, acrescentou a nota.

A rede Habib's tem quase 40 anos de atuação no mercado brasileiro e é controlada pelo grupo Gennius, dono das marcas Ragazzo e Tendall Grill. No pedido de recuperação judicial, o grupo declarou ter uma dívida de R\$ 265,2

milhões. O ainda grupo atribuiu como um dos principais motivos para a crise financeira da empresa a perda no movimento das lojas físicas em shoppings e centros urbanos após a pandemia da covid-19, além da expansão do delivery.

Juros como vilão

Os juros elevados foram outro fator apontado no pedido do Habib's, assim como nos processos dos varejistas Casas Bahia e Marabraz. Atualmente, a taxa básica da economia (Selic) está em 14% ao

Brasileira de Bancos (Febraban), reconhece que os juros elevados agravam o problema financeiro das empresas em um cenário de atividade econômica em desaceleração. “Mas o problema é anterior a isso. A inadimplência vem crescendo desde 2000, mesmo quando os juros eram baixos”, alertou. Segundo ele, existem três fatores que estão espremendo as empresas: a inadimplência subindo, os spreads (diferença entre as taxas de captação e de empréstimos dos bancos, onde estão incluído os custos operacionais e a margem de lucro) e a demanda por crédito, que diminui devido à desaceleração da economia.

Carlos Akira Sato, especialista em governança e insolvência empresarial e cofundador da consultoria da Syscapital, destacou que existe um cenário de contradições no mercado atual para o movimento recorde nos pedidos de recuperação judicial (RJ). Além disso, lembrou que o RJ é um instrumento sofisticado e acessível para médias e grandes empresas apenas. “A recuperação judicial é um instrumento sofisticado. Tem um custo elevado, envolve assessores econômicos, advogados, mais voltado para médias e grandes empresas. Elas precisam demonstrar que o negócio ainda é viável para terem essa proteção em relação aos credores”, explicou. Para ele, as empresas não devem culpar a covid-19 na atual conjuntura.

Explicações para crise no varejo

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA
Enviado especial

Florianópolis - A empresária Luíza Trajano, presidente do Conselho de Administração do Magazine Luiza, elencou, ontem, a taxa básica de juros (Selic) — em 14% ao ano — e o avanço avassalador das apostas on-line (bets) como fatores cruciais para explicar os desafios e a crise enfrentados pelo setor de varejo brasileiro.

As declarações foram dadas em conversa com jornalistas durante o Startup Summit, evento organizado pelo Sebrae, em Florianópolis. “Alguns varejos estão indo muito bem, já outros varejos não, mas eu sempre vivi altos e baixos do varejo.

Os juros atrapalham, as bets atrapalham. As bets hoje estão indo para a classe mais simples”, apontou.

Para Luíza, que também integra o Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável do governo Luiz Inácio Lula da Silva, conhecido como Conselho, o impacto das apostas vai além do dinheiro, atingindo a saúde das famílias de menor renda. “Não é só o problema de dinheiro. Pegou uma camada simples que está endividada, recebe pressão e entra em depressão. O emprego está com um bom nível, mas os gastos com bets estão muito altos”, avaliou. A executiva da Magazine Luiza, embora tenha se posicionado contra os

efeitos negativos das bets, negou-se a responder perguntas sobre políticas públicas para lidar com o consumo de apostas por jogos on-line.

Iniciativas de prevenção e de orientação às famílias sobre possíveis efeitos nocivos de bets têm sido adotado pela Magazine Luiza para seus funcionários. A fala da presidente do conselho do Magalu ocorreu em um momento delicado para o setor, dias após a concorrente Casas Bahia anunciar pedido de recuperação judicial. No âmbito do próprio Magazine Luiza, a empresa registrou prejuízo de R\$ 51,4 milhões no segundo trimestre deste ano.

Mesmo diante dos dados sobre prejuízo na Magazine Luiza e em

outras iniciativas do varejo, Luíza Trajano ponderou que a crise é passageira. “Isso vai voltar, o varejo sempre teve aqueles que sobreviveram e os que não conseguiram, mas o varejo vai sobreviver”, projetou a executiva.

Frente ao cenário de transformações no varejo a partir da concorrência com gigantes do e-commerce e do marketplace, Luíza destacou que a velocidade na entrega tornou-se tão determinante quanto preço e qualidade do produto. Segundo a empresária, a exigência por celeridade impulsionou uma reestruturação logística nas empresas para reduzir custos de giro.

“Hoje, as empresas estão tendo centros de distribuição muito

Junior Somensi/Sebrae



Magalu registrou prejuízo de R\$ 51,4 milhões no segundo trimestre

mais perto do local de entrega do que antigamente, quando você tinha um centro só que abastecia várias lojas. Hoje, você está

dividindo isso melhor”, comentou.

***O repórter viajou a convite do Sebrae**

POLÍTICA FISCAL

Dívida pública chega a R\$ 9,29 trilhões

» RAPHAEL PATI

Em mais um mês de expansão, o estoque da Dívida Pública Federal (DPF) registrou um crescimento de 1,91% em julho na comparação com o mês anterior. Os dados divulgados, ontem, pelo Tesouro Nacional mostram que o volume total dessa dívida passou de R\$ 8,63 bilhões para R\$ 8,79 trilhões no

período. Os números foram apresentados durante coletiva na sede do Ministério da Fazenda, em nova edição do Relatório Mensal da Dívida (RMD).

A DPF é a dívida contraída pelo Tesouro Nacional para financiar o déficit orçamentário do governo federal. Nesse valor, é incluído o refinanciamento da própria dívida, bem como os recursos usados para

realizar operações com finalidades específicas definidas em lei.

Esse endividamento ocorre por meio da emissão de títulos públicos ou pela assinatura de contratos. A DPF é dividida em dois tipos: a Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi), que circula no mercado nacional, é paga em real e é captada por meio da emissão de títulos públicos, e a Dívida Pública Federal externa (DPFe), que ocorre no âmbito do mercado internacional e é paga em outras moedas. Atualmente, a proporção é de cerca de 95% da dívida em DPMFi e 5%, em DPFe.

Em julho, a DPMFi, que representa a maior parte da dívida total, teve um crescimento similar

ao valor total, de 1,93%, passando de R\$ 8,3 trilhões para R\$ 8,46 trilhões. Já a DPFe teve um avanço de 1,28% no mesmo período e encerrou o mês de julho em R\$ 335,88 bilhões, sendo R\$ 288,91 bilhões referentes à dívida mobiliária e R\$ 46,98 bilhões relativos à dívida contratual. De acordo com o Tesouro, o prazo médio da DPF registrou um leve aumento na passagem de junho para julho, de 4,10 para 4,12 anos. Além disso, também houve avanço no prazo médio da DPMFi, de 3,99 anos para 4 anos, ao passo que o prazo da DPFe cresceu de 6,98 anos para 7,04 anos.

O Tesouro revisou os limites de referência para a composição

da DPF previstos no Plano Anual de Financiamento (PAF) de 2026. A equipe econômica elevou o teto da participação dos títulos remunerados pela Selic e reduziu os intervalos para papéis prefixados e atrelados à inflação. A atualização, no entanto, manteve a projeção de estoque total da DPF entre R\$ 9,7 trilhões e R\$ 10,3 trilhões até o fim deste ano, ante os R\$ 8,646 trilhões registrados em 2025.

O coordenador-geral de Operações da Dívida Pública, Helano Borges Dias, explica que a revisão ocorre a partir de um aumento de inclinação da curva de risco local nos últimos meses, em razão principalmente do conflito no Oriente

Médio. Segundo ele, o reflexo de uma política monetária contractionista é percebido ao redor do mundo, e não somente no Brasil. “No Brasil, no curto prazo, a gente tem observado tanto os indicadores de inflação quanto de nível de atividade vindo favoravelmente, indicando que o Copom poderia seguir com a flexibilização da política monetária. Então, esse movimento aqui no curto prazo está bastante associado à dinâmica doméstica e do médio e longo prazo na curva, associada principalmente ao cenário externo, impactando aí sobre os treasuries (títulos do Tesouro norte-americano) e sobre perspectiva de política monetária lá fora”, avalia.